



BOLETIM DA JUSTIÇA — E DOS — DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



EDIÇÃO Nº 07 - 2019



Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

***Realiza XIV Conselho Consultivo
na província do Huambo***

**SOB O LEMA "COM TRANSPARÊNCIA, LEALDADE E RIGOR
MELHOREMOS OS SERVIÇOS DE REGISTO CIVIL E DO NOTARIADO"**

Angolanos de pleno direito



Prezados concidadãos

Começo por dar as boas vindas aos novos cidadãos que adquiriram a nacionalidade angolana por naturalização, nos termos da Lei da Nacionalidade.

Em nome do Executivo Angolano, formulo votos para que se sintam angolanos de pleno direito.

Este acto de aquisição da cidadania angolana decorre de uma norma da Lei da Nacionalidade, cujo objetivo é tornar público o compromisso dos novos cidadãos angolanos de respeitar a Constituição da República e as leis angolanas, e cumprir as suas obrigações e deveres enquanto cidadãos.

Naturalmente, este acto também vos torna merecedores de todos os direitos e vantagens dos cidadãos angolanos.

Gostaríamos de destacar o significado pessoal, económico, social e político do processo de atribuição e aquisição da nacionalidade angolana.

Do ponto de vista pessoal, a naturalização angolana corresponde a um desejo motivado pela vossa ligação a Angola através de laços espirituais, afectivos ou económicos que vêm constituindo há muito tempo e que

culmina agora com este acto solene. É algo que certamente vos orgulha bastante.

Na vertente económica e social, a atribuição e aquisição de nacionalidade angolana produz impacto no crescimento demográfico, pois vivemos num País com pouca população.

Mas a integração de novos membros nacionais à família angolana, pela via da naturalização ou por casamento, tem efeitos positivos na reconstrução económica e social do País, pois os novos membros vão juntar-se aos esforços dos restantes angolanos na criação de riqueza, no aumento de empregos, e na luta pela melhoria das condições e da qualidade de vida dos angolanos.

Há também a dimensão política deste acto, na medida em que é a expressão de uma política migratória que favorece a integração social organizada.

Estamos perante um sistema de integração que é uma forma de combater a imigração ilegal.

Mas é também uma demonstração da hospitalidade e acolhimento do Povo Angolano.

Não construímos muros nas fronteiras, mas acolhemos as pessoas que nos termos da lei escolheram Angola como local de refúgio ou como lar para viver.

Felicito mais uma vez os novos cidadãos e desejo que se sintam no vosso País.

Muito Obrigado!

Luanda, 26 de Abril de 2019

Francisco Manuel Monteiro de Queiroz

Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Requerentes de nacionalidade angolana prestam juramento



O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, no dia 26 de Abril de 2019, às 9h30, na sala de reuniões do Ministério da Justiça, a cerimónia de juramento dos Requerentes de Nacionalidade por naturalização.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e resulta dos trabalhos efectuados pela Comissão de Acompanhamento dos Processos de Atribuição de Nacionalidade nos termos da Lei nº 2/16, de 15 de Abril e do Decreto Presidencial nº 152/17, de 4 de Julho que aprova o Regulamento da Nacionalidade.

Nos termos desse Decreto, a efectivação da atribuição da nacionalidade angolana depende da prestação de juramento público à República de Angola perante autoridade Pública.



Huambo

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos reúne Conselho Consultivo



Sob o Lema “Com Transparência, Lealdade e Rigor, Melhoremos os Serviços de Registo Civil e do Notariado”, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realiza, nos dias 29 e 30 de Abril, na Província do Huambo, o seu XIV Conselho Consultivo.

A cerimônia de abertura será presidida pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, que estará ladeado pelo Secretário de Estado para a Justiça, Secretaria de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania e pela Governadora da Província do Huambo, Joana Lina.

Com início previsto para às 9 horas, o XIV Conselho Consultivo vai

analisar o “Balanço das actividades realizadas em 2018; Novo modelo de registo e notariado e suas linhas de força; Diagnóstico dos Recursos Humanos e nova estratégia de gestão; Balanço do 1º ano do Programa de moralização do combate a corrupção e a impunidade.

O encontro servirá, também, para abordar a Reforma da Justiça; O novo Código Penal; Modelo de Implementação do Balcão Único de Atendimento ao Público (BUAP) e Autonomia dos Tribunais.

Com o XIV Conselho Consultivo, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos reforça o seu compromisso com a melhoria dos serviços que presta diariamente aos cidadãos.



Namibe

Festas do Mar com gelados e BI na mão

Por ocasião das celebrações das Festas do Mar, que se realizam todos os anos no mês de Março, a Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Namibe materializou um programa específico de emissão de bilhete de identidade no recinto das festas a favor das crianças com idade compreendidas entre os 6 e 14 anos de idade, durante os sábados. No final do processo, as crianças tiveram o direito de um gelado, marcando assim de forma indelével o momento de emissão do seu primeiro BI.

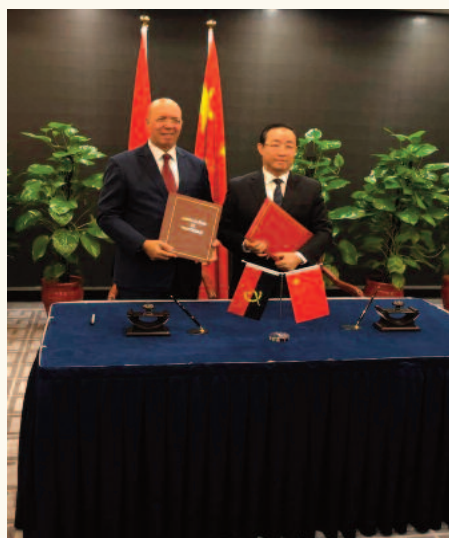
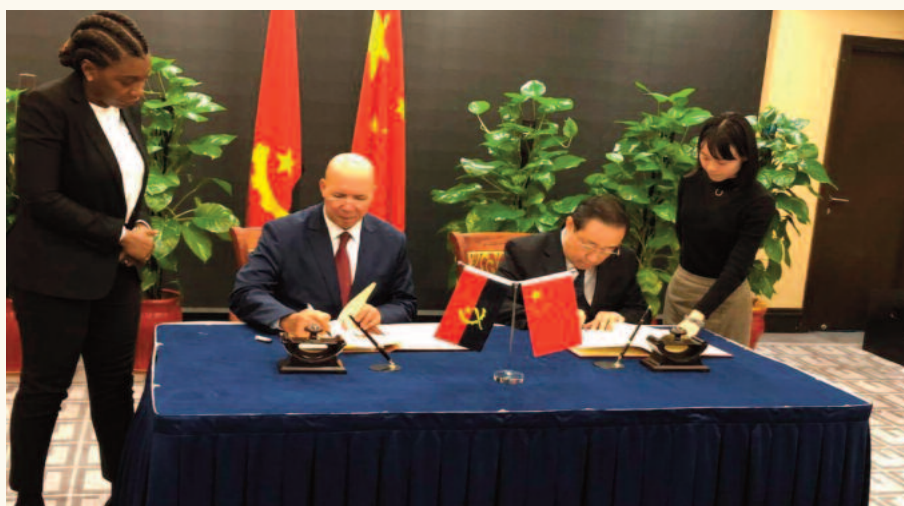


Cooperação Angola China

Momentos da visita do Ministro da Justiça

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e o seu homólogo da China, Fu Zenghua, rubricaram recentemente, em Beinjing, um memorando de entendimento para o reforço da cooperação na área da Justiça.

O memorando prevê, entre outros assuntos, a troca de experiências entre as partes no domínio da elaboração de normas legais, organização e informatização de serviços, bem como a formação e aperfeiçoamento profissional de quadros.





*Senhor utente
esta instituição
não tem corrupção
não contamine o ambiente*